



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – SR2
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente
Doutorado Interdisciplinar



Linha de pesquisa: Construção Social do Meio Ambiente

Projeto de pesquisa: POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS): UMA VISÃO DE GOVERNANÇA SOBRE AS NOVAS TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Doutorando (a): Denise de Mattos Gaudard

Orientador (a): Prof Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Situação: em andamento

Previsão de defesa: 05.2024

Resumo: Esta tese se propõe a analisar os conflitos socioambientais gerados pelas inter e intra interfaces territoriais através da relação dos três macro grupos focais (MGF) que foram afetados pela internalização de uma política pública regulamentada em escalas estruturais pelos governos das três esferas, partindo de uma lei federal e que completou 10 anos em agosto de 2020. Trata-se da Lei Nº 12.305, de agosto de 2010 e que propôs a normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em todo território nacional e que posteriormente foi sendo implantada em maior ou menor grau estrutural nos estados e municípios, através dos respectivos planos estaduais e municipais de gestão de resíduos. Delimitada temporalmente por uma linha do tempo de 10 anos agrupados em 5 biênios, a tese se propõe a analisar os diversos fatos e questões dimensionais de natureza ontológica resultantes desse período de implantação da PNRS no espaço geográfico do município do Rio de Janeiro, territorialmente agrupado pelas suas 33 Regiões Administrativas (RAs), ora definidas como subterritórios (SUBTs). Esses **macrogrupos focais (MGFs)**, foram delimitados da seguinte forma: **Macrogrupo focal 1 (GF1): Governo (GV)**, protagonizado pela prefeitura do município do Rio de Janeiro, suas respectivas autarquias e principais atores locais, englobados pelas outras duas esferas: o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal; **Macrogrupo focal 2 (MGF2): Setor Produtivo (SP)**, caracterizado por todas as empresas que atuam na cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos (RSU) do município, incluindo os pequenos e médios empreendedores; **Macrogrupo focal 3 (MGF3): Sociedade Civil (SC)**, caracterizada por: Universidades, ONGs, Cooperativas de catadores urbanos e catadores autônomos mapeáveis. Pela própria natureza desses resíduos e dos papéis comumente atribuídos aos órgãos municipais, a gestão integrada municipal tem sido um imenso desafio para todos os municípios brasileiros. Em função destas questões de grande relevância que se constituiu a principal pergunta desta pesquisa: “Após 10 anos de promulgação da Lei 12.305/2010, quais foram os resultados oriundos dos conflitos socioambientais territoriais gerados pelo protagonismo dos três macrogrupos de atores sociais? As hipóteses pretendem aprofundar os debates sobre a implementação do marco legal, a governança, a práxis e o estado da arte dos dez anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A

prefeitura do Rio de Janeiro conseguiu cumprir integralmente a introdução das diversas inovações propostas por esta política pública, cujas diretrizes apresentaram um novo modelo de gestão integrada dos RSU para o município? Houve algum tipo de impulsionamento ou subsídio para a construção de novas territorialidades socioambientais ou a incorporação de algum tipo de metodologia de gestão para organizar a cadeia produtiva dos RSU dentro do Plano Municipal de Gestão Integrada (PMGIR) do Município do Rio de Janeiro (MRJ)? Foram produzidos dados confiáveis e mesuráveis? Qual o perfil etnográfico, o *modus operandi* e como se deu ressignificação das representações sociais dos indivíduos e organizações desses três macro grupos e nos seus territórios nesses 10 anos de PNRS? A metodologia trata de uma pesquisa social aplicada quanto à sua natureza exploratória, pela forma de abordagem do problema e através de estudos empíricos. Os levantamentos dos dados primários e secundários foram temporalmente delimitados entre 08.2010 até 08.2020 e as análises deste período foram agrupadas em biênios. Para a realização do diagnóstico da situação atual, tomou-se como referência, dados secundários de alguns relatórios e publicações especializadas. Para definição e comparação dos dados, foram identificadas determinadas variáveis que afetam o desempenho da gestão dos RSU no município, utilizando os indicadores do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2010-2019) e do ISLU - Relatório dos Índices de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os Municípios Brasileiros, no período 2009-2019. Com a conclusão desta pesquisa se intenta suprir a falta de informações sobre os desafios e as etapas do cumprimento da PNRS/2010 no município do Rio de Janeiro, ao longo desses 10 anos; investigar qual a sequência de fatos que contribuíram para o atual estado da arte que o PMGIR produziu e quais os resultados dos conflitos socioambientais territoriais gerados pela internalização de uma política pública e seus processos de governança, sob os olhares dos 03 macrogrupos de atores que, com suas trajetórias específicas, criaram fluxos de recursos e informações que, na prática, possibilitaram a incorporação de um processo de construção socioambiental e institucional das diretrizes da política nacional de resíduos sólidos.

Palavras-chaves: Políticas-públicas, PNRS, PMGIR, governança, conflitos socioambientais territoriais, representações sociais, Práxis